

IMPLICAÇÕES DAS PRIORIDADES DE GASTO DO ESTADO SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA BRASILEIRA

Daniele De Bortoli¹
Marcelo Arend²

Resumo

A sociedade brasileira tem passado, nas últimas décadas, por transformações importantes em seu contexto político e econômico. Este artigo trata principalmente de dois fatos que ainda, atualmente, impactam na dinâmica do gasto público. O processo de redemocratização, em finais dos anos de 1980 e a globalização econômica com a consequente financeirização dos mercados. Estas transformações influenciam a forma de atuação do Estado na economia, principalmente no que se refere à definição de alocação de recursos públicos. Assim, este artigo aprofunda o entendimento da evolução das despesas públicas na esfera federal, pela análise dos gastos sociais bem como da dívida pública, constatando os impactos econômicos destas despesas e levantando conclusões sobre a viabilidade de determinados gastos governamentais sob a dinâmica econômica e social do país. A realização deste estudo contribui para o debate sobre as estratégias de política fiscal que vêm sendo adotadas e o impacto de priorização de determinados gastos, sobre o crescimento econômico do país.

Palavras-chave: Política Fiscal, Gastos Sociais, Financeirização.

Abstract

The Brazilian society has gone in recent decades, important transformations in its political and economic context. This article deals mainly with two facts that still currently impact the dynamics of public spending. The process of democratization in the late 1980s and the economic globalization and the consequent financialization of markets. These changes influence the form of state action in the economy, especially with regard to the allocation of public resources definition. Thus, this paper deepens the understanding of the evolution of public spending at the federal level, the analysis of social spending and public debt, noting the economic impact of these expenditures and raising conclusions on the feasibility of certain government spending in the economic and social dynamics country. This study contributes to the debate on fiscal policy strategies that have been adopted and the impact of prioritization of certain spending on the country's economic growth.

Keywords: Fiscal Policy, Social Spending, Financialization.

¹ Mestranda em Economia, linha de Globalização e Desenvolvimento, da Universidade Federal de Santa Catarina.

² Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

1 Introdução

O processo de desenvolvimento nacional brasileiro foi direcionado, historicamente, por decisões estatais. A definição de alocação de recursos públicos apresenta uma fundamental importância, visto que, a partir dela é possível compreender as estratégias de desenvolvimento que o país está seguindo. Este artigo se baseia na concepção de desenvolvimento nacional em uma perspectiva ampla, focada não exclusivamente no crescimento produtivo, mas incluindo também elementos de justiça social. A contribuição que se faz refere-se ao impacto que os gastos do governo, como expressão formal da atuação estatal, têm sobre a economia.

Ao longo da história econômica brasileira, a presença do Estado foi fundamental para a promoção do crescimento econômico, impulsionado pelo processo de industrialização nacional. Tal perspectiva refere-se principalmente ao período de 1950 a 1980, quando o Brasil apresentava grande expressividade de seu crescimento interno, tendo como líder deste processo, o Estado nacional. Ocorre que, o período posterior à década de 1980, apresentou uma dinâmica de crescimento econômico distinta, com um baixo desempenho econômico se comparado aos períodos anteriores. Conforme destacam Chieza & Zimmermann (2014), tendo como cenário a ocorrência de mudanças nacionais e internacionais, o Estado brasileiro muda, entre os anos de 1980/1990, seu enfoque de atuação e redireciona suas ações para diferentes áreas, deixando de ser o promotor ou o agente impulsionador do crescimento econômico nacional. Neste sentido, o gráfico abaixo retrata a expressividade do crescimento do produto *per capita* brasileiro durante o período do Processo de Substituição de Importações (PSI), e a sua perda de representatividade, decorrente da crise da dívida, ocorrida no início da década de 1980, tendo reflexos até o início dos anos 2000. A partir de 2005, verifica-se uma nova tendência de crescimento.

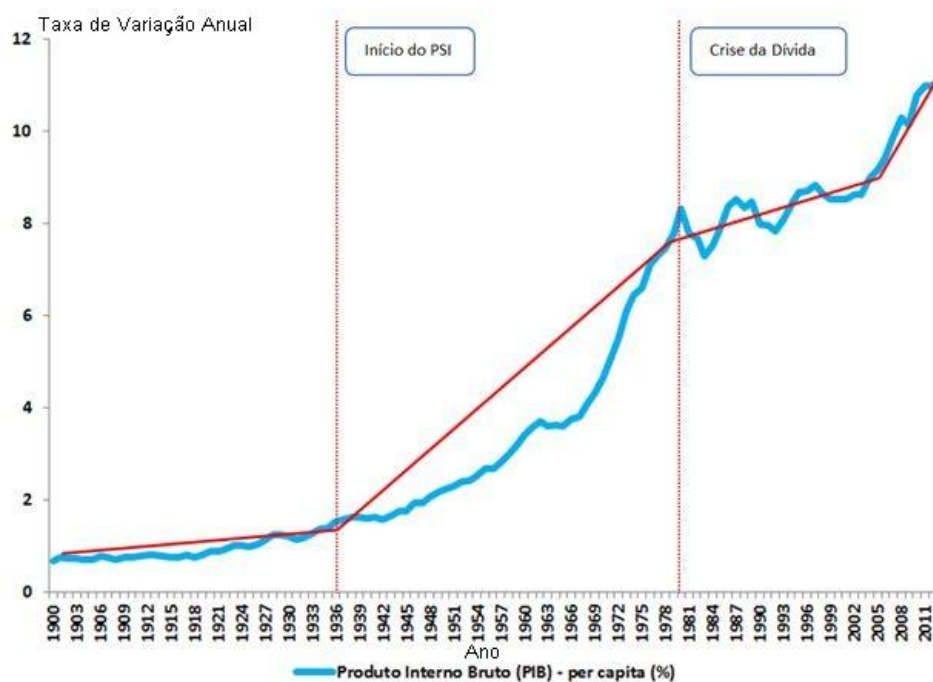


Figura 1. Evolução do PIB per capita – 1900 a 2013 (2008=100)

Fonte: IPEA-Data (2014). Elaboração própria.

Tal fato provoca expressivas limitações para o desenvolvimento do país e é identificado como consequência de um esgotamento, internamente, da formação de capital, representado pela queda do investimento ou, especificamente, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Neste sentido, a participação do Estado se torna fundamental, no que concerne a ampliação dos gastos em investimentos públicos, visando ao aumento da capacidade produtiva do país e sua dinâmica de crescimento, estimulada pela ampliação dos investimentos (BACHA; BONELLI, 2003).

Desta forma, assim como no modelo de Estado desenvolvimentista, predominante até a década de 1980, que se utiliza da política fiscal como instrumento promotor do crescimento econômico, o que se verifica é que a atuação estatal deve priorizar seus gastos no sentido de impulsionar a atividade econômica. Deve-se considerar que tal decisão está limitada pela necessidade de equilíbrio fiscal do Estado (FERREIRA, 2008 *apud* AREND, 2009, 2010).

Como mencionado, o contexto econômico brasileiro iniciado na década de 1980 é bastante distinto de grande parte da história econômica do país. Fatos econômicos e sociais ocorridos neste período influenciam, ainda atualmente, as decisões de política fiscal e, principalmente, de alocação e no direcionamento dos recursos públicos. Entre estes fatos, esta a Constituição Federal (CF) de 1988 que representa um marco democrático na sociedade, incluindo instrumentos que garantam maior participação do Estado em questões ligadas à políticas sociais, verificando-se, a partir dela, que, em contrapartida ao baixo dinamismo de crescimento econômico, os indicadores sociais apresentam melhorias consideráveis. Porém, alguns economistas defendem que tal fato leva ao

desequilíbrio fiscal governamental ou ao engessamento do orçamento federal, o que impede a priorização de investimentos.

Em contrapeso, visões alternativas indicam que os desequilíbrios fiscais ocorrem por outro fato econômico que também marca o período pós-1980, identificado como o processo de financeirização das contas públicas. Este fato se caracteriza pela expressiva participação de despesas financeiras, com juros e encargos da dívida pública, no total de gastos e na manutenção de poupança externa, marcada pelo explícito esforço de manter o superávit primário. Como destaca Ferreira (2008), a partir desta década, quando são interrompidas as alternativas para a rolagem da dívida externa, buscou-se uma redução do gasto público, levando, desde 1999, no esforço explícito de obtenção de superávits primários, que significam uma diferença entre as receitas do governo e os dispêndios não financeiros, diferença esta que é utilizada para pagar parte dos juros da dívida pública.

Desta forma, a partir da problemática exposta, o objetivo deste estudo é analisar como o Estado têm direcionado, nos últimos anos, os recursos públicos, através da análise das despesas governamentais, utilizando-se, para tanto, do processo histórico de definição da política fiscal na esfera federal. Ademais, identificar as transformações econômicas e sociais que ocorreram no Brasil e que impactam na decisão de destinação de recursos públicos, via gasto público federal. Assim, este trabalho se justifica pela análise do desempenho da política fiscal como importante instrumento de política econômica, demonstrando seu papel estratégico quanto ao futuro da economia brasileira, presente no debate acerca dos rumos de desenvolvimento do país.

1.1 Metodologia

Para se alcançar os objetivos propostos para este estudo, em um primeiro momento, realiza-se uma revisão bibliográfica do período compreendido entre a década de 1980 até os dias atuais, onde expressivas transformações ocorrem na economia e na sociedade brasileira, passando pelo processo de redemocratização, pela decisão de adoção de políticas neoliberais, com consequente financeirização econômica, chegando na política fiscal atual. Em seguida, apresenta-se uma análise empírica, com o estudo das despesas governamentais, focando no orçamento da União.

Para a análise empírica, serão analisados gastos específicos nas áreas sociais e financeiras, destacando-se suas variações ao longo do período em análise. Serão considerados gastos sociais, as despesas orçamentárias executadas/liquidadas, em seus valores atualizados com base no IGP-DI de 2012, do governo federal, em seus valores atualizados relativas às funções de despesa

selecionadas³: Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Habitação e Saneamento. Como despesas financeiras, são considerados os gastos federais, executados/liquidados, com Encargos Especiais – Refinanciamento, que incluem⁴: Refinanciamento da Dívida Mobiliária, Correção Monetária e Cambial da Dívida Mobiliária, e Refinanciamento da Dívida Contratual e Correção Monetária e Cambial da Dívida Contratada. Como investimento será considerado a Taxa de Investimento, da base de dados do IBGE, que define esta série histórica como: “O resultado da relação entre o valor corrente da formação bruta de capital fixo e o valor corrente do Produto Interno Bruto. É uma medida da capacidade produtiva da economia” (IBGE, 2013).

A principal fonte de dados utilizada para a obtenção das séries temporais serão as séries históricas de Execução Orçamentária, da Secretaria do Tesouro Nacional, com dados já deflacionados pelo Tesouro (IGP-DI/2013). As demais séries históricas utilizadas foram obtidas principalmente no sítio do IPEA-Data e IBGE.

2 Gastos Sociais na Constituição de 1988

A Constituição Federal de 1988 introduziu uma série de direitos e expandiu de maneira significativa a responsabilidade pública para o financiamento da política social, tendo como consequência o aumento dos gastos públicos (CASTRO, 2012). Apesar deste aumento dos compromissos estatais, destaca-se que é por intermédio destes gastos sociais que o Estado busca constituir uma “sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza, a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais” (CASTRO e CARDOSO JR, 2003, p. 263). Desta forma, a política social é vista como uma ação em prol do desenvolvimento. Para Castro (2012), é parte de uma ação do Estado que têm influência sobre o processo de desenvolvimento e é elemento irradiador de mudanças. Tal autor afirma que estas políticas alteram a situação social dos indivíduos “induzindo melhorias na qualidade de vida da população e, ao mesmo tempo, dadas suas dimensões, alteram a economia e a autonomia de um país, o meio ambiente e o próprio patamar de democracia” (p.1012).

³ Castro (2012) destaca que as políticas sociais atualmente implantadas pelo Estado brasileiro, atendem aos seguintes objetivos: Proteção social e Promoção Social. Assim, dentro desta classificação, tais contas de despesas foram selecionadas.

⁴ Selecionou-se os Encargos Especiais – Refinanciamento como despesa financeira, pois, conforme Ferreira, 2008, se trata de uma das partes com maior representatividade (em montante) na execução orçamentária do governo e demonstra, com propriedade a alocação dos gastos com a dívida no âmbito do governo federal. Porém, se admite que tal conta não inclui o dispêndio efetivo ou os pagamentos realmente efetuados da dívida pública, pois, tal rubrica, não contabiliza o registros de juros, encargos e manutenção do Banco Central. Representa efetivamente a contratação de dívidas.

Assim, a política social é tratada como um elemento fundamental para o processo de desenvolvimento nacional, definindo-a como “(...) um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos de mercado” (CASTRO, 2012, p.1014). Estas ações tem por objetivo um conjunto de políticas que visem garantir a proteção social e a promoção social, como fonte para o atendimento dos direitos sociais da população. A política social no contexto pós-Constituição de 1988 se desenvolve, por definição do Estado, em um conjunto de políticas públicas que dão resposta a estes objetivos. Castro (2012) resume a atual composição da política social brasileira na imagem abaixo, onde as políticas setoriais são aquelas orientadas a atender objetivos sociais específicos, classificados dentro dos grupos de “Proteção social”, quando destinadas a reduzir os riscos dos cidadãos expostos à uma sociedade de mercado, e “Promoção Social”, que agrupa políticas que garantam “aos cidadãos oportunidades e resultados mais amplos e equânimes de acesso aos recursos e benefícios” (CASTRO, 2012, p.1019).

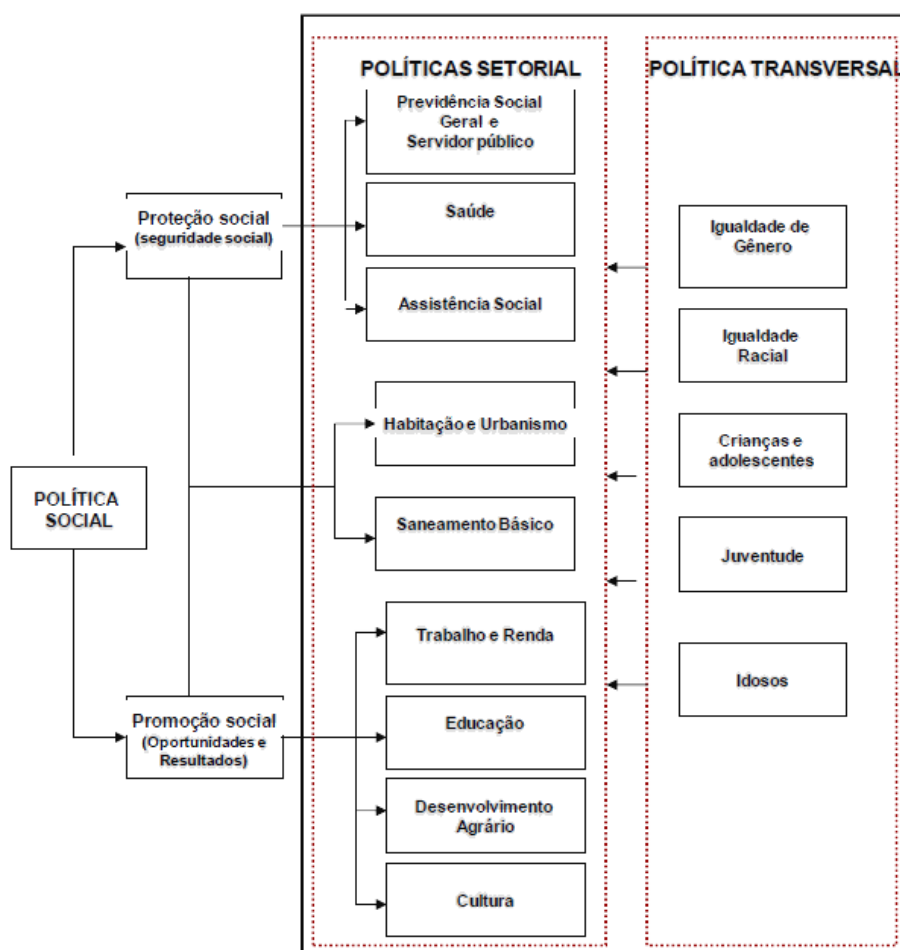


Figura 2. Composição da Política Social Brasileira

Fonte: Ipea (2010) apud Castro (2012).

Entre as políticas sociais que passaram a ser previstas constitucionalmente estão: o salário mínimo, fixado por Lei e unificado nacionalmente; a criação do Orçamento da Seguridade Social, mantido através de contribuições sociais; deu-se maior destaque a área educacional, reconhecendo sua importância e aumentando a vinculação de recursos o orçamento federal para a manutenção de políticas nesta área; a criação do Sistema Nacional de Saúde – SUS, sob uma perspectiva de universalização da saúde pública, com uma proposta unificada, porém descentralizada, dando autonomia aos municípios para que pudessem implementar políticas de atendimento à saúde da população local; entre outros avanços obtidos. Porém, a especificidade da Constituição de 1988 foi a vinculação de receitas públicas para a manutenção destas políticas sociais, havendo, portanto, a partir disso, garantia legal para sua implementação (CASTRO e CARDOSO JR, 2003). Neste sentido, Castro (2012), complementa

“A partir da Constituição Federal de 1988, a responsabilidade pública no financiamento da política social foi significativamente expandida, o que trouxe como consequência aumento dos gastos. Para fazer frente às despesas geradas pelos serviços e benefícios ofertados, era preciso proceder à alteração dos sistemas de financiamento e gestão das políticas sociais. Para tanto, a CF 88 previu a criação do “Orçamento da Seguridade Social” e do “Ministério da Seguridade Social”, destinados a promover a integração dos recursos e ações das antigas pastas da Saúde, Previdência e Assistência Social. Ademais, manteve as vinculações para a Educação” (CASTRO, 2012, p. 1026).

A partir de tais previsões constitucionais, ocorreram intensas e influentes mudanças na sociedade brasileira, principalmente com relação à redução das desigualdades no país. Destaca-se que houve no período compreendido por este estudo, principalmente no que se refere à última década, redução expressiva e contínua da desigualdade de renda *per capita* familiar, expressa pela riqueza monetária. Tal fato ocorre através do aumento da renda de todos os estratos populacionais, mas com maior expressividade nos que apresentam renda monetária mais baixa. O gráfico abaixo, demonstra o histórico recente do Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade domiciliar de renda per capita, onde 0 representa a situação onde “não há desigualdade (as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula)” (IPEA-Data, 2014).

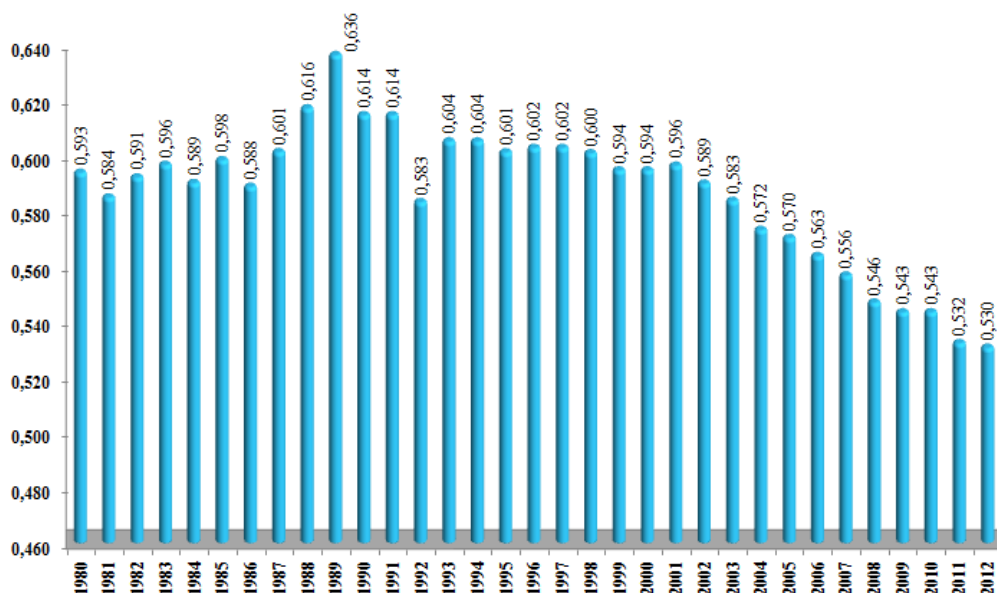


Figura 3. Histórico da desigualdade pessoal de renda (1980 a 2012).

Fonte: IPEA-Data (2014). Elaboração própria.

Em contrapartida a estes avanços, as opiniões acerca da inclusão de políticas sociais na pauta governamental, a partir da Constituição de 1988, são bastante distintas. Alguns pensadores viram na vinculação das receitas às políticas sociais, um engessamento do orçamento federal e uma rigidez orçamentária, pois provocaram um aumento expressivo nas despesas de caráter obrigatório e um compromisso maior com os repasses aos municípios (CASTRO e CARDOSO JR, 2003). Neste sentido, se discute que as vinculações provocam menor liberdade para o atendimento de demais políticas, conforme destacam Castro e Cardoso Jr (2003),

“(...) grande parte da receita do governo federal ficaria comprometida e a alocação de recursos para atender outras e/ou novas prioridades ficaria restringida. Argumentava-se ainda que qualquer ampliação do esforço para aumentar a arrecadação não necessariamente ajudaria no equilíbrio orçamentário e no controle do déficit público, dado que grande parte desses recursos adicionais já teria destinação definida – salvo o caso de recursos adicionais oriundos da criação de novos impostos” (CASTRO e CARDOSO JR, 2003, p. 266).

Neste mesmo sentido, Giambiagi (2007) argumenta veementemente contra esta vinculação de receitas, indicando que o Brasil está se “convertendo em um verdadeiro *show-case* de políticas sociais voltadas para a melhoria de bem-estar de clientelas específicas” (p.3), a crítica que o autor coloca é que ao mesmo tempo em que estas políticas promovem um maior nível social destes grupos, está também provocando um baixo crescimento do país. O autor destaca que as principais políticas sociais existentes atualmente no Brasil apresentam um elemento comum: “fornecerem recursos públicos em troca de nada” (GIAMBIAGI, 2007, p. 3).

Com relação ao crescimento econômico, o autor faz uma comparação com a situação mundial, indicando que um grupo numeroso de países vem crescendo à taxas elevadas, principalmente os emergentes, enquanto o Brasil, “neste contexto, tem apresentado um crescimento

píffio”, que, mesmo após a estabilização ocorrida em 1994, não ultrapassou a taxa de crescimento de 3% em anos consecutivos. Em suas palavras

“estamos virando um sinônimo de mediocridade (...) Enquanto o resto do mundo, cada vez mais, se volta para o desafio da criação de riquezas, o Brasil persiste no desenvolvimento de um modelo distributivista em essência, fortemente baseado no intervencionismo estatal e, em alguns casos, com um acentuado viés anticapitalistas. Estamos virando uma economia com mentalidade de funcionários públicos, no que isso em geral é associado a certo espírito de acomodação e de dependência do Estado” (GIAMBIAGI, 2007, p. 5).

Neste sentido, se coloca que ao constatar a pobreza, o Brasil, direcionou sua atuação para superar esta situação usando um modelo que prioriza a distribuição e a proteção, ao invés de direcionar os incentivos ao estímulo da produtividade e aumento da produção.

3 Financeirização: Impacto nas Prioridades de Gasto do Estado

O processo de financeirização, caracterizado pela intensa acumulação de reservas internacionais, tornou-se uma ação marcante dos países emergentes, em finais dos anos 1990, havendo, a partir deste processo, o debate sobre os custos fiscais e de oportunidade na sua manutenção e sobre os níveis dessa acumulação, afinal, tais reservas, além de serem utilizadas como, tradicionalmente o eram no passado, para regular o balanço de pagamento, passaram também a ser utilizadas como forma de manter a credibilidade dos países, perante o mercado externo, quanto ao compromisso de pagamento de suas dívidas, minimizando flutuações e fugas de capitais nas economias internas, levando os países a manterem suas reservas internacionais, em função do nível de sua dívida externa (LAAN, CUNHA e LÉLIS, 2012).

Este processo é entendido por Pochmann (2007) como consequência dos finais da década de 1980, caracterizada pela crise da dívida externa (1981–1983), que desacelerou a continuidade do projeto de industrialização nacional e deu abertura para a implantação de políticas neoliberais, sugeridas pelo Consenso do Washington, que pela recomendação de abertura comercial e financeira, ressaltou e impulsionou a financeirização da riqueza no Brasil, e também em outros países que passaram pelo mesmo processo na América Latina. Tal política seria sustentada fundamentalmente pelo endividamento do Estado, tendo impactos significativos no instrumento orçamentário. O autor esclarece a posição do Estado seguindo tal perspectiva

“Nesse sentido, o Estado se transformou no vassalo dos ganhadores líquidos da financeirização improdutiva, que exigem privatização do patrimônio público e a promoção de ajustes fiscais recorrentemente suportados pelo aumento da carga tributária e desvio do gasto social. Não foi por outro motivo que o potencial da política social brasileira tem sido estrangido, não obstante a sua importância para o enfrentamento das mazelas nacionais que podem ser sintetizadas pelo enorme e complexo processo de exclusão social.” (POCHMANN, 2007 p. 1478).

Este processo de financeirização tem comprometido grande parte do gasto público e demonstra que (...) a prioridade (do Estado) passou a ser claramente a de honrar os compromissos financeiros – pagamento dos serviços da dívida pública e sua amortização” (FERREIRA, 2002, p. 87). Em função desta política, os gastos governamentais com investimento público são consideravelmente afetados, predominando a obtenção de melhores resultados fiscais pela redução de dispêndios públicos, “no entanto, aqueles ligados ao setor financeiro, ou seja, pagamento de juros e amortização da dívida pública são considerados ‘intocáveis’” (FERREIRA, 2002, p. 88). Deixando, a política fiscal de ser utilizada em favor do crescimento, para honrar responsabilidades financeiras. Pochmann (2007) complementa indicando que esta geração de superávits primários são capazes de atender parcialmente o pagamento de juros e encargos da dívida pública, bem como evitam explosões no endividamento líquido do setor público, mas que porém, promovem um constrangimento, não apenas das políticas de esforço da diminuição da desigualdade social, mas também constroem a expansão das atividades econômicas.

Neste contexto, com relação à política fiscal, no início dos anos 2000 a percepção é que, em um primeiro momento, mantêm-se, em conformidade com a década de 1990 a preocupação com a manutenção de políticas de ajuste, com a promoção de desenvolvimento de maneira controlada e sustentada. Isso significa a priorização na geração de superávits primários, em proporção que garanta a redução da relação dívida pública/PIB. Tal fato provoca um “reducionismo” deste importante instrumento de política econômica, “implica explicitamente na preservação da riqueza financeira e na limitação da capacidade do Estado de ampliar os investimentos públicos” (TEIXEIRA e PINTO, 2012, p. 923).

4 O Processo de Execução Orçamentária

Os processos econômicos e sociais apresentados acima e as mudanças nas prioridades de gastos do governo podem ser compreendidas através da análise histórica da execução orçamentária, indicando a atuação do Estado. Conforme destaca Ferreira (2010), “A Execução Orçamentária do governo federal revela as prioridades na consecução dos gastos públicos, tendo em vista que ela é a representação formal da realização da despesa por parte do governo”, sendo, portanto uma ferramenta usual para a análise dos gastos governamentais. Através dela é possível identificar alterações no perfil de gasto, ao longo dos anos.

Para efeitos da análise que este estudo pretende trabalhar, torna-se necessário compreender a execução orçamentária no período pós-1980, oportunizando compreender os fatores que implicam uma menor participação do Estado nos investimentos produtivos. Assim, para a realização da análise por função, as rubricas de despesa foram organizadas de forma a obter uma série contínua, porém, destaca-se que a forma de apresentação e organização das rubricas de despesas sofreram

diversas modificações ao longo dos anos. A forma de apresentação mais recente (desde 2000) tem um detalhamento maior, porém, como na maior parte do período analisado, as contas estão agrupadas, este agrupamento foi mantido para fins de se obter uma análise histórica. A evolução das despesas, em proporção no total do gasto público, está demonstrada na tabela abaixo, que representam os grupos de despesa que concentram, nas áreas selecionadas para este estudo, os maiores montantes de gastos do governo.

Tabela 1. Participação das rubricas no total de gasto público

Ano	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2011	2012
Educação	8%	13%	2%	4%	2%	1%	2%	3%	1,8%
Habitação	0,291%	0,312%	0,030%	0,045%	0,261%	0,051%	0,001%	0,004%	0,004%
Saúde e Saneamento	2%	3%	1%	6%	3%	3%	3%	4%	2,4%
Trabalho	0,4%	0,5%	1,1%	2,3%	1,0%	1,1%	1,9%	2,3%	1,6%
Assistência e Previdência	12%	13%	8%	22%	16%	18%	22%	26%	18%
Encargos Especiais - Refinanciamento	2%	1%	31%	<u>36%</u>	<u>49%</u>	<u>45%</u>	23%	30%	17%
Participação das rubricas selecionadas no Total de Gasto Público	25%	31%	43%	<u>70%</u>	<u>71%</u>	<u>70%</u>	53%	65%	75%

Fonte: BGU-STN. SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2015). Elaboração Própria – Adaptado.

As rubricas selecionadas representam os dispêndios com os principais gastos sociais e com a manutenção da dívida pública. Destaca-se que houve um expressivo crescimento, durante o período analisado, destas em proporção do total do gasto público. Esta expressividade ocorre em todas as áreas selecionadas. Com relação às funções de despesas que representam os gastos sociais do Estado, verifica-se que as que apresentaram maior crescimento em sua participação nos gastos totais do governo federal foram: 1) a assistência e a previdência, que se elevam após a promulgação da Constituição de 1988, passando de cerca de 8% do total do gasto em 1988, para 12%, já em 1989, 22% em 1995 e apresentando crescimento contínuo e a taxas elevadas após este período. Neste sentido, Chieza & Zimmermann (2014) ressaltam que “(...) a pesar de la ausencia de ruptura del proceso de financiación hubo un aumento relativo en el gasto social que puede ser identificado a través de la función de "asistencia y Seguridad Social"(...)”; 2) e as despesas com saúde e saneamento básico, estas últimas, tendo maior expressividade no período entre 1993 a 1997, e depois, apresentando trajetórias estáveis. A conta de 3) “trabalho” apresenta significativa variação ao longo do período em análise, apresentando-se de maneira retraída durante a década de 1980 e ganhando maior participação, sucessivamente, após a década de 1990.

Destaca-se a trajetória na conta de 4) Educação (Educação e Cultura, até 1999), que “sofre forte declínio, especialmente em função da mudança de competência dos níveis de ensino (a União passa (a partir da CF/88) a ser responsável, obrigatoriamente, somente pelo financiamento do ensino universitário)” (FERREIRA, 2008, p. 103). Desta forma, observa-se que apresenta uma trajetória decrescente até o ano 2000 e depois vêm crescendo gradualmente, até 2011. Mas o aumento mais considerável se deu na rubrica “Encargos Especiais – Refinanciamento da Dívida”, que inclui a dívida mobiliária e contratual. Tal fato ocorreu, entre outros motivos, por mudanças na forma de contabilização da dívida, que tornou seu montante “exposto” de uma maneira mais clara.

Ao longo do período em análise, 1980 a 2011, realizaram-se modificações nas classificações por grupo de despesa. Conforme mencionado, nos anos mais recentes, principalmente a partir de 2000, as contas passaram a ser melhor detalhadas, de acordo com a natureza do gasto. Modificações também se deram em função da Constituição de 1988, que definiu que a contabilização da dívida pública, que até então, não estava presente no total de despesa orçamentária do governo federal, somente contida no orçamento do Banco Central, passasse a ser administrada como Despesa da União, pelo Tesouro Nacional. Ademais, outras mudanças importantes ocorreram em 1993, que alterou a rubrica “Amortização da Dívida” para “Amortização da Dívida - Refinanciamento” (FERREIRA, 2008). Sobre estas modificações, Chieza & Zimmermann (2014), explicam

“Hasta 1993 la refinanciación de la deuda fue explicada en "Pago de la deuda". Desde 1994, la refinanciación será contabilizada en la amortización de la refinanciación de la deuda. Y sin embargo, apertura de cuentas nuevas se implementó desde 1998, por lo que la refinanciación de la deuda pública se desplegará en la refinanciación de deuda y títulos de deuda. El objetivo es permitir una mayor visibilidad ya que consta de la deuda pública es más deuda de valores” (p.14).

Destaca-se porém, que o fato de que a partir de 1990, se visualiza o destaque da conta de Refinanciamento da Dívida, se dá também por outros motivos. Neste sentido, Ferreira (2008) destaca que apesar dos esforços no sentido de amortização das dívidas, novas dívidas são contraídas, ficando isso evidente pelo destaque da conta de Refinanciamento, quando separada da Rubrica “Amortização da Dívida” em 1994. Assim, destaca que a presença do Refinanciamento, em grandes proporções, não se deve apenas por mudanças na forma de contabilização da dívida pública, mas pela sua crescente expressividade sobre o total de gastos do governo e do comprometimento do Estado em sua manutenção (FERREIRA, 2008). Esta relação demonstra-se elevada ainda nos dias recentes, conforme demonstra o gráfico abaixo, da relação das rubricas selecionadas, em proporção do gasto total, no ano de 2012. Os encargos financeiros representam grande parcela dos dispêndios governamentais, sendo que destes, no ano de 2012, aproximadamente 23% do total foram alocados para o pagamento do Refinanciamento da Dívida. Ademais, a conta

Assistência e Previdência apresenta-se em proporção similar ao financiamento da dívida pública, com uma participação de aproximadamente 24% do total do gasto.

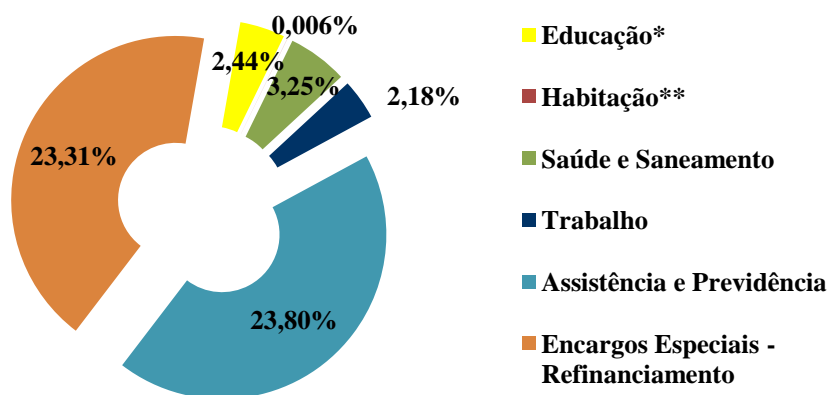


Figura 4. Participação das contas selecionadas no total do gasto público (Ano: 2012)

Fonte: BGU-STN. SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2015). Elaboração Própria.

A participação relativa dos gastos sociais e os encargos financeiros, em seu comportamento histórico, são apresentados no gráfico abaixo. Os totais das rubricas que representam os gastos sociais foram agrupados, objetivando compreender os períodos em que estes foram priorizados. Se verifica que o processo de financeirização alcançou, entre 1995 e 2000, cerca de 50% do total do gasto público, em detrimento de outros gastos. Assim, verifica-se que neste mesmo período, houve uma expressiva queda dos valores gastos com políticas sociais. Ademais, o que se constata é que, os gastos sociais são priorizados, em comparação ao financiamento da dívida, apenas nos períodos anteriores à década de 1990, quando esta era de responsabilidade do Banco Central e mais recentemente, a partir de 2010, quando se inverte a lógica de priorização de recursos para o refinanciamento da dívida e se verifica uma maior expressividade nos dispêndios com gastos sociais. Estas análises foram feitas com base no gráfico abaixo.

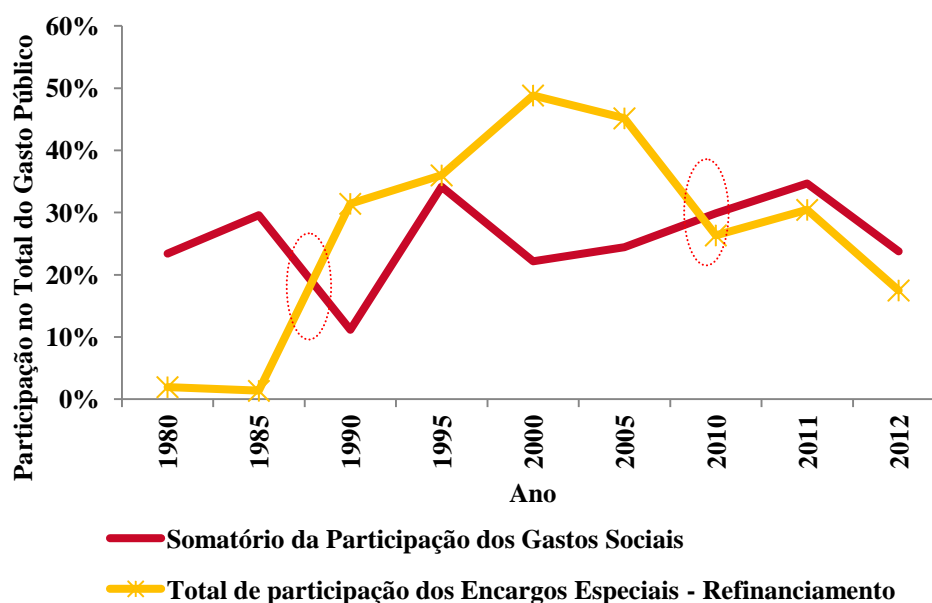


Figura 5. Histórico de Participação das contas selecionadas no Total do Gasto Público.

Fonte: BGU-STN. SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2015). Elaboração Própria.

Outro fator relevante para a análise sobre os dispêndios com a dívida pública é que a partir de 1998, a rubrica do Refinanciamento da Dívida passa a ser desdobrada em Refinanciamento da Dívida Mobiliária e da Dívida Contratual. A Dívida Mobiliária equivale aos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional e a Dívida Contratual refere-se à “contratos de empréstimo ou financiamentos com organismos multilaterais, agências governamentais ou credores privados. A Dívida Contratual pode ser externa e interna, em moeda nacional e estrangeira” (TESOURO NACIONAL, 2014). O Estado tem priorizado seu financiamento por títulos, e tornando cada vez menor sua dívida contratual, demonstrando sua aversão à credores privados, tanto nacionais quanto internacionais. Assim, verifica-se que a prioridade para seu refinanciamento tem sido, ao longo dos anos, a emissão de títulos públicos. Esta relação está apresentada no gráfico abaixo, que demonstra o histórico da dívida mobiliária e contratual. Obs: A diferença que ocorre entre o total e o desdobramento das dívidas, a partir do ano 2008, ocorre devido ao fato de as correções monetárias das dívidas contratual e mobiliária passaram a ser abertas.

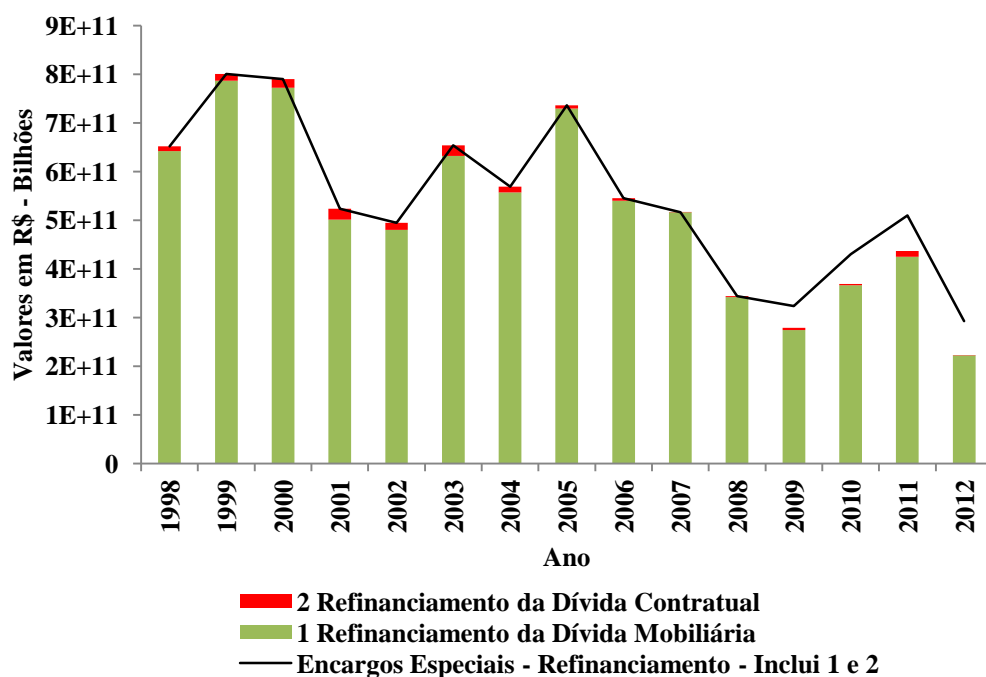


Figura 6. Relação entre a Dívida Mobiliária e a Dívida Contratual (Em R\$)

Fonte: BGU-STN. SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2015). Elaboração Própria.

Em seguida, faz-se uma comparação entre os dispêndios governamentais com Encargos financeiros e a Taxa de Investimento total da economia, buscando verificar relações entre estas duas variáveis e avaliar o argumento que embasa este trabalho. Observa-se que em alguns períodos a proporção dos encargos financeiros sobre o PIB são maiores do que os investimentos da economia. Isso implica em uma percepção de prioridade para o pagamento da dívida, em contrapartida, um trade-off na ampliação dos investimentos. Tal relação pode ser analisada pelo gráfico abaixo. Assim, destaca-se a proporção que os encargos financeiros representam sobre o total do gasto público e também sobre o PIB. Tal rubrica se resalta em todas as análises como a que representa maior participação, comparada aos gastos sociais e também, em alguns períodos, aos investimentos. Isso ocorre, pois, apesar dos esforços para se obter resultados primários positivos, a proporção da dívida tem sido crescente o longo do período analisado.

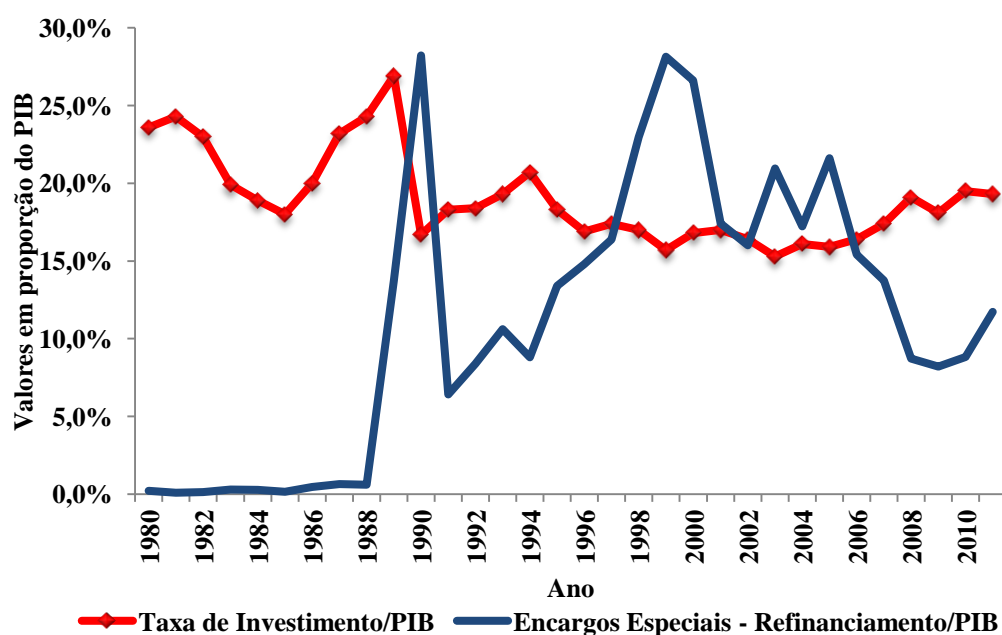


Figura 7. Proporção de participação no PIB da Taxa de Investimento e dos Gastos Públicos com Encargos Especiais – Refinanciamento.

Fonte: BGU-STN. SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2015) e IBGE. Elaboração Própria.

Ademais, outro fator importante a ser destacado é o fato de que, a partir dos ideais norteadores das décadas de 1980 e 1990, o Brasil passa a estabelecer metas de equilíbrio fiscal, com o objetivo de eliminar o déficit público, pautando-se na obtenção de superávits primários. Tal decisão tem expressivas consequências, pois, a taxa de juros, que, para impulsionar os investimentos, deveria manter-se em um baixo patamar, passa a se subordinar ao controle da inflação, sendo o principal instrumento utilizado para controlá-la. Assim, a taxa de juros tem se mantido em um patamar elevado, aumentando os custos de rolagem da dívida, e também, encarecendo os custos para a realização de investimentos, principalmente de longo prazo. O gráfico abaixo retrata a evolução da taxa de juros no Brasil. A imagem apresenta a variação mensal da taxa de juros Overnight / Selic, que é “a média (do mês) dos juros que o Governo paga aos bancos que lhe emprestaram dinheiro. Serve de referência para outras taxas de juros do país” (Ipea-Data, 2014). A partir do histórico das taxas de juros praticadas no país, verifica-se, que ao longo dos anos, ela mantém-se em patamares elevados.

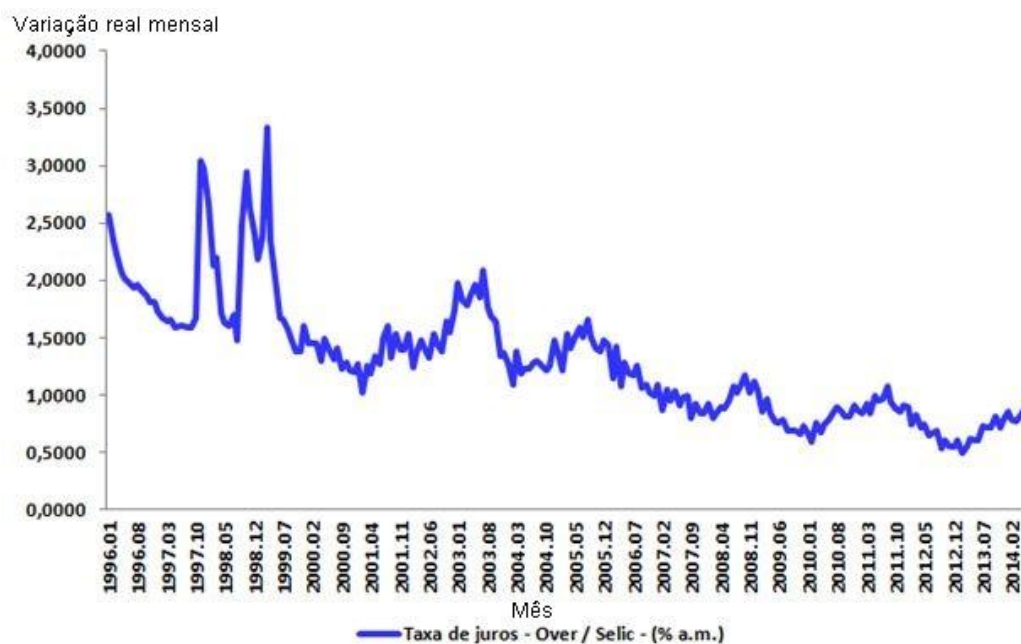


Figura 8. Taxa de Juros – Over/Selic – 1996 a 2014 (mensal).

Fonte: Ipea-data (2014). Elaboração própria.

Desta forma, a relação Dívida Pública/PIB têm se elevado, mesmo havendo superávits primários, em função, basicamente, do alto custo de rolagem da dívida, em função dos altos juros (FERREIRA, 2008). O que se verifica é que o Estado diminuiu sua atuação como propulsor do crescimento econômico, pelos investimentos públicos, para garantir a preservação de interesses financeiros (FERREIRA, 2010). Assim, a política econômica com estas bases

(...) tende a sacrificar gastos importantes do governo, como os voltados para o investimento, sem reduzir os ônus financeiros da dívida, o que se deflagra no Brasil como parte da “nova” forma de inserção estatal, na alcunha do neoliberalismo, permeada pela lógica financeira que se torna dominante (FERREIRA, 2008, p. 107).

Destaca-se, porém, que há um esforço, por parte do Estado, para a redução da influência dos juros sobre a dívida pública. Isso se verifica pela diminuição de emissão de títulos de dívida indexados à Taxa de Juros, como forma de minimizar os efeitos do atrelamento da dívida à interesses financeiros, expressos via ganhos advindos da alta taxa de juros do país. Em contrapartida, ocorre que, conjuntamente a estes esforços, observa-se o aumento do montante total da dívida, expressando o fato de que novas dívidas têm sido contraídas.

Para Giambiagi (2007), a problemática do baixo nível de investimento no país, nos últimos anos, é tratada de maneira distinta. Considerando que houve, nos últimos anos um aumento do resultado primário, o que, permitiu uma suave redução da relação Dívida Pública/PIB, porém, considera que isso se deu em um contexto onde o superávit primário não se baseou na contenção do gasto público, mas que o gasto público primário cresceu à taxas superiores ao crescimento da economia; a carga tributária do país continuou aumentando, o que prejudicou o ritmo dos negócios e conseqüentemente a competitividade do país; e por fim, que este aumento do gasto, se concentrou

em despesas correntes, sendo que os recursos destinados ao investimento público continuaram sendo inferiores às necessidades da economia.

Assim, torna-se importante compreender em que medida os gastos sociais do Estado impactam realmente na queda da Taxa de Investimento. O gráfico abaixo contrasta o histórico destas duas variáveis, ambas em proporção do PIB, demonstrando que, à medida que os valores despendidos com os gastos sociais/PIB se elevam, a Taxa de Investimento/PIB da economia sofre uma queda. Tal fato ocorre desde o início da década de 1990 e se mantém, até recentemente. Verifica-se que as séries apresentam uma convergência negativamente relacionada até início dos anos 2000, tornando-se relativamente estável após este período, com uma tendência de ampliação dos investimentos nos anos mais recentes, conforme abaixo.

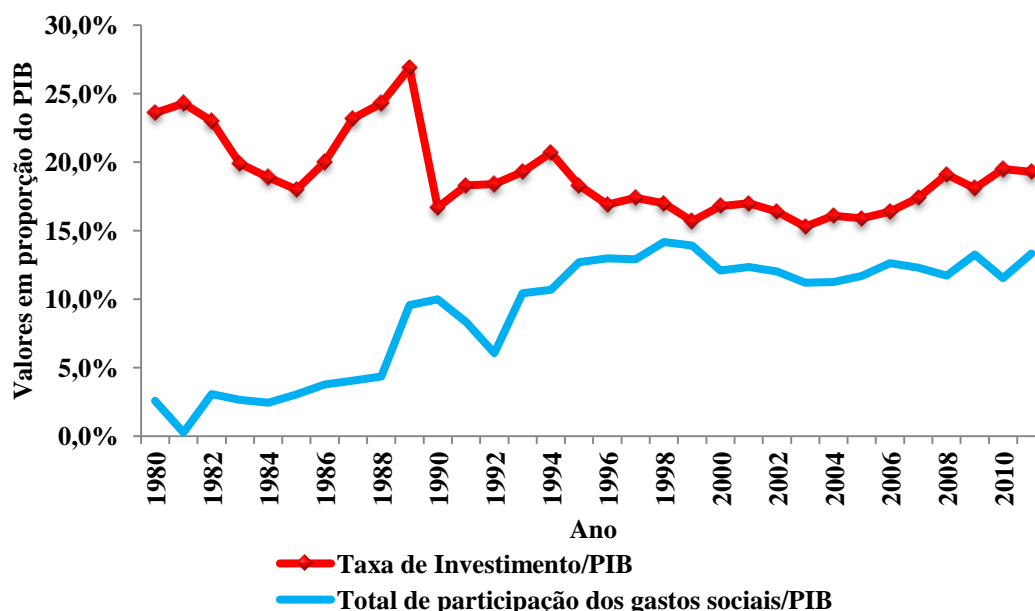


Figura 9. Proporção de participação no PIB da Taxa de Investimento e dos Gastos Públicos com Política Social.

Fonte: BGU-STN. SIAFI - STN/CCONT/GEINC (2015) e IBGE. Elaboração Própria.

Porém, estas contas que apresentam a perspectiva de “gasto social” são tratadas como os gastos que indicam a atuação do Estado em prol do desenvolvimento, tanto econômico quanto humano. Verificam-se relações entre os gastos relacionados à política social com fatores econômicos, principalmente relacionados com o gasto autônomo, considerado importante para o aumento do ritmo de expansão da atividade econômica. Com relação às políticas de assistência social, que promovem a garantia de renda mínima, verifica-se que, para que se altere o padrão de ampliação da demanda efetiva, é necessário que a distribuição de renda seja ampla, para que tenha capacidade de criar um mercado de consumo interno (CASTRO, 2012,).

Com relação à produtividade, argumenta-se que, ao gerar inclusão social, aumento de habilidades e capacidades, a política social se torna um elemento central para o aumento dos processos de inovação e produtividade no trabalho, que são fatores importantes para impulsionar a dinâmica do crescimento econômico, além de provocarem um aumento de salário e diminuição consecutiva da pobreza (CASTRO, 2012,).

Neste sentido, Castro, 2012, analisa as despesas contidas no orçamento público em seu impacto econômico, mais precisamente, a relação das despesas públicas e o efeito multiplicador sobre o crescimento do PIB, chegando aos seguintes resultados:

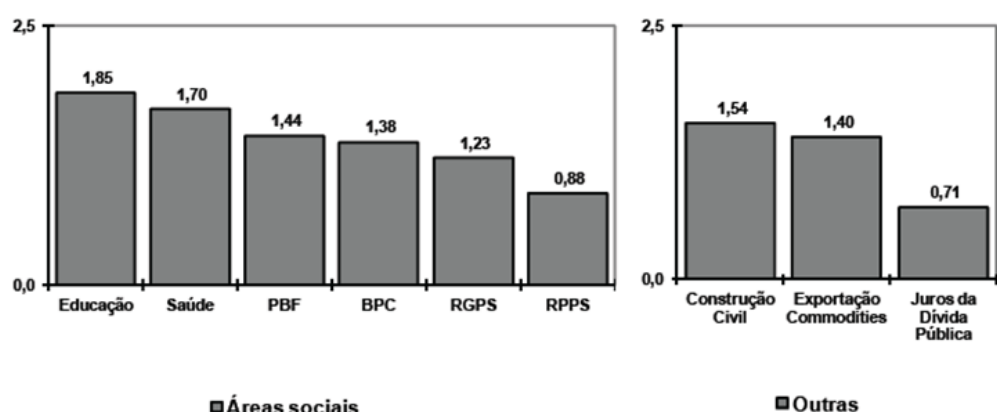


Figura 10. Efeito Multiplicador dos gastos sociais e outras áreas selecionadas no PIB. Ano: 2006.

Fonte: Ipea *apud* Castro (2012).

Onde, PBF é o Programa Bolsa Família, BPC é o Benefício de Prestação Continuada, RGPS é o Regime Geral de Previdência Social e RPPS é o Regime de Previdência Social (CASTRO, 2012). Assim, para captar os efeitos dos gastos sociais sobre a dinâmica econômica, observa-se que áreas como saúde e educação apresentam multiplicadores econômicos maiores do que os gastos despendidos com regimes de previdência (RPPS, na imagem), indicando que o retorno, quando alocado R\$ 1,00 em gastos com educação e saúde, o retorno econômico deste dispêndio é de R\$ 1,85 e R\$ 1,70, respectivamente. Destaca-se também que gastos em determinadas áreas sociais, apresentam maior retorno econômico que com construção civil, por exemplo. Verifica-se, em contrapartida, que gastos com juros da dívida, apresentam retornos decrescentes (CASTRO, 2012). Neste sentido, o autor conclui que

“Quanto aos aspectos relativos à demanda agregada a interação ocorre quando o gasto público com as políticas sociais permite a ampliação do sistema de garantia de renda (monetária ou não monetária), enquanto elemento importante na geração de um determinado tipo de distribuição pessoal e funcional da renda e seu respectivo padrão de consumo dos indivíduos, famílias e grupos. Em sociedades heterogêneas, quanto mais amplas forem as rendas manejadas e destinadas às camadas mais pobres, maior a capacidade de alteração do padrão, gerando a possibilidade de ampliação da demanda agregada, com capacidade de criar um amplo mercado interno de consumo. Em contrapartida, também é importante para a economia a garantia da oferta de bens e serviços sociais, pois, para sua implementação, trazem consigo a necessidade do aumento dos gastos

na contratação de pessoal, construção, manutenção e equipamentos em escolas, hospitais, postos de saúde, compra de livros, medicamentos e outros insumos estratégicos etc. (CASTRO, 2012, p. 1016)

O autor também analisa o impacto dos gastos sociais para a renda das famílias, apresentando resultados distintos dos impactos que ocorrem sobre o crescimento do PIB, havendo, no caso da renda, maior importância de gastos como transferência de renda e demais benefícios. Conforme demonstrado na imagem abaixo.

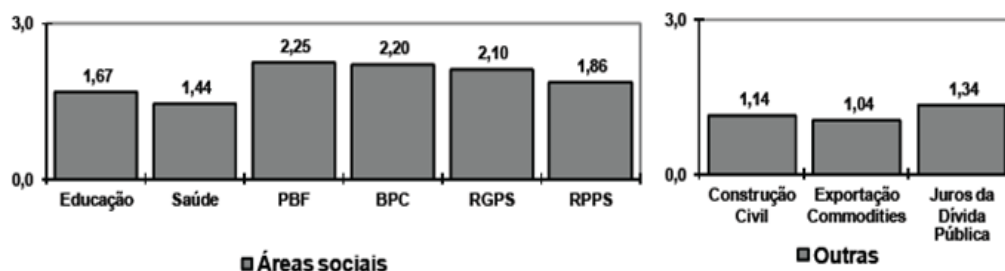


Figura 11. Efeito Multiplicador dos gastos sociais e outras áreas selecionadas sobre a renda das famílias. Ano: 2006.

Fonte: Ipea *apud* Castro (2012).

O que se destaca é que os impactos de gastos com programas de distribuição de renda impactam de maneira expressiva sobre a renda das famílias, indicando efetividade na sua aplicação, pois atinge o objetivo a que se propõe. Mas que, porém, gastos com saúde e construção civil, por exemplo, apresentam menor influência sobre a renda da família (CASTRO, 2012).

Verifica-se que, apesar destas políticas, que envolvem a promoção de justiça social, terem uma ampla abrangência e um expressivo impacto, os recursos fiscais despendidos para sua manutenção são de certa forma, pouco expressivos no orçamento governamental. A política social tem uma importância expressiva no contexto em que o Brasil se encontra, com uma forte desigualdade social e baixo dinamismo produtivo. Seus impactos influenciam principalmente o mercado interno e representam avanços para um processo de politização social. Assim, a partir destas considerações, constata-se o papel estratégico que os gastos sociais desempenham sobre a dinâmica do desenvolvimento econômico.

Esta seção apresentou uma análise empírica sobre a política fiscal recente no Brasil, focando no período pós-1980. Pelos dados apresentados verifica-se uma mudança de paradigmas sobre a atuação estatal sobre a economia no período. Destacam-se importantes avanços nos indicadores sociais do país, com crescimento na representatividade dos gastos em todas as áreas sociais selecionadas. Em contrapartida, destaca-se a expressividade das despesas com os encargos da dívida pública, demonstrando um comprometimento dos recursos arrecadados com o pagamento dos

compromissos financeiros do Estado. Observa-se que existe, em períodos mais recentes (após o ano 2000), esforços para diminuir o atrelamento da dívida aos interesses financeiros, expressos via ganhos advindos da alta taxa de juros do país, mas que em contrapartida, ocorre conjuntamente um aumento do montante total da dívida. A partir destes resultados, é possível entender algumas das relações existentes entre a política fiscal e a dinâmica econômica.

5 Considerações Finais

Ao longo deste trabalho foi possível compreender que as prioridades do governo se alteraram, e muito, ao longo dos anos. O resgate da teoria econômica permitiu compreender que a atuação estatal está sujeita a um projeto de desenvolvimento para o país, sendo este, formulado com base nos paradigmas sociais vigentes e nas agendas políticas, estabelecidas nos períodos históricos. Para compreender a recente percepção Estatal sobre o direcionamento e as estratégias atuais de desenvolvimento econômico, utilizou-se, como ferramenta de análise, a política fiscal. A partir dela, é possível compreender a trajetória de prioridades do governo quanto sua política econômica e social. Desta forma, este estudo permitiu verificar a *performance* da política governamental e as distintas percepções sobre a alocação dos recursos públicos.

Destaca-se que a política fiscal atual carrega consigo características de fatos sociais que, em certa medida, a definem. Neste estudo, foram analisadas as mudanças nas prioridades de gasto, introduzidas a partir de diversos fatores sociais. Entre eles, o processo de redemocratização, formalizado na atual Constituição Federal de 1988 e a financeirização dos mercados. Os impactos destes dois fatores, nas prioridades de gastos orçamentários são vistos, atualmente, de maneira contraditória visto que provocaram vinculações de receitas a determinadas despesas, sociais e financeiras.

Neste contexto, percebe-se que por um lado a Constituição Federal de 1988 expandiu direitos sociais de maneira significativa, aumentando a responsabilidade estatal na promoção e no financiamento da política social. Mas que, no entanto, esta situação, tem como consequência o aumento dos gastos públicos e uma rigidez orçamentária, impedindo a livre alocação de recursos pelo Estado. Em contrapartida, há o argumento de que os gastos sociais, expressos via política social, têm influência sobre o processo de desenvolvimento e são irradiadores de mudanças. Destacam-se importantes avanços nos indicadores sociais do país, com crescimento na representatividade dos gastos em todas as áreas sociais estudadas, mas que, embora crescentes, ainda não representam uma prioridade sobre o total do gasto. Porém, para uma análise mais apurada sobre o assunto, deve-se considerar também a qualidade dos gastos e não apenas seu montante, não abarcados neste estudo.

Ainda neste sentido, tomando-se como indicador a questão da Educação, verifica-se que historicamente ela vem sendo tratada no Brasil como um gasto social. Percebo que tal ponto deve ser melhor avaliado. A educação representa um elemento central para o desenvolvimento dos países, sendo portanto peça fundamental dentro da economia. Assim, torna-se necessário considerá-la não simplesmente como uma política social, mas uma oportunidade estratégica para alavancar o desenvolvimento nacional.

Com relação aos dispêndios financeiros, destaca-se sua expressiva participação nas despesas governamentais totais, demonstrando um comprometimento dos recursos arrecadados com o pagamento dos encargos da dívida pública e sua amortização. Este compromisso é expresso pela manutenção da meta e pela obtenção de superávits primários, que são utilizados para pagar parte dos juros da dívida pública.

A partir do exposto, o que se averigua é que o Estado diminuiu, ao longo dos anos, sua atuação como propulsor do crescimento econômico, pelos investimentos públicos, para garantir a preservação de outros interesses, entre eles, os sociais e também, os financeiros. Destaca-se que questões econômicas e sociais, que não vinham sendo incorporadas nos projetos de desenvolvimento do país, passaram a fazer parte das agendas políticas, entre elas está a questão da função distributiva do Estado e a garantia de direitos cidadãos. Estes gastos apresentam taxa de crescimento positiva após a CF/1988, direcionando receitas à estes gastos específicos e limitando, de certa forma, a atuação estatal em outras áreas, mas mantendo direitos sócias garantidos. Mas verifica-se que tais gastos trazem retornos tanto de curto quanto de longo prazo para a economia brasileira, como a ampliação do gasto autônomo, com impulso da demanda do mercado interno, gerando um ciclo virtuoso de ampliação e fortalecimento da indústria nacional. Os efeitos secundários deste impacto são a ampliação dos investimentos e, via efeito multiplicador, crescimento do PIB, conforme demonstrado em tópicos anteriores.

Por outro lado, ocorreu, no período analisado, uma expressividade das despesas financeiras. Tal fato é visto como a garantia de interesses financeiros e rentistas, mas pode ser entendido como uma forma de garantir a estabilidade da dívida pública, visto que, o comprometimento com o pagamento dos investidores, garante sua sustentabilidade e evita crises de dívida. A questão que se coloca é que, em que medida o processo de financeirização tem impedido o atendimento de despesas importantes, como os investimentos? Visto que sua participação sobre o gasto é expressiva, comprometendo grande parte dos recursos públicos e tornando o orçamento cada vez mais limitado e rígido. Estes recursos têm sido, pela característica de favorecer interesses rentistas, propulsores de desigualdade social do país? O que se pode afirmar pelos dados apresentados é que estes são os gastos com maior expressividade, e que, não apresentam retornos diretos para a economia. Com relação à intensificação de desigualdades sociais dentro do país, verifica-se que os

índices que medem a desigualdade de renda, apresentam melhorias recentes e que, caso as despesas financeiras impulsionem a desigualdade, isso vem sendo compensado via transferências de renda e crescimento real do PIB.

Portanto, o que se pretende é contribuir para o debate acerca da atual percepção de desenvolvimento econômico. Deve-se seguir o mesmo padrão do século XX? Observa-se que as demandas da sociedade vêm sendo alteradas ao longo do tempo. Como forma de acompanhar estas mudanças, as políticas econômicas devem ser repensadas para uma nova concepção de desenvolvimento e para um novo projeto nacional, que não priorize exclusivamente o crescimento da produção. Nesta perspectiva, a política fiscal tem papel estratégico no direcionamento das prioridades do Estado para promover o desenvolvimento, devendo estar constantemente presente no debate econômico.

6 Referências

- AREND, M. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária** (tese de doutorado). PPGE/UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- AREND, Marcelo. **Brasil (1955-2005): 25 anos de *catching-up*, 25 anos de *falling behind***. Anais do Encontro Nacional de Economia Política, 2010.
- BACHA, Edmar L. e BONELLI, Regis, Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, 25(3), julho/setembro, 2003, pp. 163-89.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; **Política social e desenvolvimento no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- CASTRO, Jorge Abrahão de; CARDOSO JR, José Celso; **Políticas Sociais no Brasil: Gasto Social do Governo Federal de 1988 a 2002**. 2003. Contido em: < https://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_6-10.pdf >
- CHIEZA, Rosa Angela; ZIMMERMANN, Àrio; et al. ***Estado y la financiación del gasto público en Brasil***. Contido em: < http://www.ufrgs.br/ppge/pcientifica/2014_13.pdf >
- FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. As transformações nas prioridades de gasto do Estado brasileiro – 1980 a 2005. **Revista Soc. Bras. Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 22, junho/2008, p 86-112.
- FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. Financeirização: impacto nas prioridades de gasto do Estado – 1990 a 2007. In: MARQUES, R. M.; FERREIRA, M.R.J.; **O Brasil sob a Nova Ordem**. São Paulo. Ed. Saraiva. 2010.
- GIAMBIAGI, Fábio. Brasil, Raízes do Atraso: **Paternalismo versus Produtividade. As dez vacas sagradas que acorrentam o país**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- IPEA-Data. **Séries Históricas**. Contido em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> > Acesso em: abril 2014.
- LAAN, Cesar, R.; CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu; **Estratégia de Acumulação de Reservas no Brasil no período 1995 a 2008: uma avaliação crítica**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n1. (44), p. 1-38, abri. 2012.
- POCHMANN, Marcio. Política Social na periferia do capitalismo: A situação recente do Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**. 12(6), p. 1477-1489. 2007.
- SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – STN. **Plano Anual de Financiamento**. 2014 Contido em < http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/187318/PAF_2014.pdf > Acesso em: junho/2014.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa; **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma**: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 909-941, dez. 2012

TESOURO NACIONAL. **Despesa da União por Grupo de Natureza – 1980 a 2012**; Despesas da União por Função – 1980 a 2012. Informações do SIAFI – Séries Históricas. Ministério da Fazenda. Disponível em: < <http://www3.stn.gov.br/siafi/execucao.asp> >. Acesso em: maio/2013.

TESOURO NACIONAL – **Glossário**. Contido em: < http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp > Acesso em: março/2014.